



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

PAUTA DA REUNIÃO

1. Leitura da Ata do dia 25 de setembro de 2024;
2. Avaliação da Consulta Pública para criação do I Plano de Governo Aberto;
3. Priorização das ações e compromissos do Plano;
4. Envolvimento dos membros dos Conselhos das ações prioritizadas.

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

No dia 19 de novembro de 2024, às 09h36 (nove horas e trinta e seis minutos), teve início, em primeira convocação, no espaço INOVACOOP, 2º andar do Edifício Goiás Cooperativo, na Avenida Jamel Cecílio, nº 3527 – Jardim Goiás, Goiânia, contando com a presença de 10 (dez) dos seus membros, titulares e suplentes, a 68ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC. Na ocasião, o Sr. Francisco Taveira Neto, Suplente da Presidência do conselho, declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia. Após, submeteu à aprovação, pelos presentes, a ata da 67ª Reunião Ordinária, aprovada sem ressalvas. Dá as boas-vindas aos presentes, agradece a acolhida no espaço do prédio da Goiás Cooperativa e parabeniza a equipe pelo primeiro lugar, com 100% de transparência, na avaliação da ATRICON. esse resultado é fruto do trabalho que vem sendo feito, por uma equipe comprometida. Parabenizo o Diego que chefiou esse seguimento, Junior, Weyk e equipe, por levar os números de Goiás ao acesso fácil para quem dele queira conhecer. A transparência é o principal mecanismo do controle social, e o controle social é o mais eficaz dos controles. A arrecadação pública e o gasto público estão permanentemente monitoradas e reveladas a sociedade, a partir do sistema de governo aberto implantado em Goiás. Que esse plano seja elaborado com o olhar de diferentes matizes, para fazer algo que implemente esse cenário que já é positivo. O Sr. Diego Ramalho Freitas, Secretário Executivo, fala da conquista de Goiás como o primeiro estado a alcançar 100% de transparência, utilizando a metodologia da ATRICON, que é uma metodologia completa e complexa. Só foi possível esse resultado graças ao envolvimento de todos os órgãos e do Conselho de Transparência. Para situar alguns convidados que estão presentes, chamo o Sr. Leonardo, para falar sobre a OGP e porque estamos aqui. Leonardo diferencia a OGP de uma Organização internacional, pois na OI só participam estados e outras Organizações internacionais, e na estrutura da OGP temos a presença da sociedade civil. significa que a OGP é a união dos estados com a sociedade civil para dar resposta as demandas da própria sociedade civil. A OGP é uma plataforma multilateral, onde os estados compartilham boas práticas que estão sendo implementadas internamente. Os estados, quando eles aderem a OGP, se comprometem com quatro princípios, transparência, participação cidadã, responsividade e inovação. O estado de Goiás no seu primeiro plano de ação, trará que somos 100% em transparência de acordo com a ATRICON. O governador assina uma carta de adesão a OGP, onde se compromete a reformar a estrutura do estado com a participação da sociedade civil. Para a execução do plano de ação, temos a presença do ente de monitoramento externo, que será a FUNAP. A PROFª Daniela Rossim, da UFG do curso de administração, que está representando a Fundação de Amparo à Pesquisa fala do convite que recebeu para fazer o papel do ente de monitoramento externo do primeiro plano de ação do governo de Goiás. O papel do monitoramento externo é de acompanhar o plano de ação, fazer recomendações, observar as ações e indicar caminhos de melhoria. Funcionamos como um órgão independente, não atuamos diretamente no plano que está sendo desenvolvido,



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

mas acompanhamos esse plano de governo aberto fazendo sugestões de melhorias. sou professora, atuo na administração pública, e trabalhamos o tema participação, Accountability, e por isso temos muito que colaborar com essa iniciativa de governo aberto que é singular e é o caminho que temos que seguir para uma sociedade justa e igualitária. agradeço o convite em nome da FUNAP e da Prof. Sandra Mara. Diego faz um histórico de desde a criação da Subcontroladoria de Governo aberto em 2019, já pensando em adequar a este ente internacional, a OGP. Em janeiro de 2023 fomos informados que a OGP abriria as inscrições, onde os estados fariam o processo seletivo e apresentariam suas candidaturas. E começamos a fazer contatos com outros entes internacionais que já faziam parte da OGP, em junho de 2023 realizamos o lançamento do fórum, e a primeira consulta pública. Pois, um dos pontos solicitados pela OGP é a participação maciça da sociedade civil por meio das consultas públicas. Em setembro fizemos a primeira oficina de cocriação do plano. Quando foi em janeiro de 2024, o governador junto com a FUNAP, assina a carta de adesão. Quando foi em abril de 2024 Goiás foi selecionado, sendo o único estado a ser escolhido juntamente com o município de Vitória da Conquista, da Bahia, a fazer parte desse organismo internacional. Em abril fizemos a primeira reunião com a OGP, onde foi desenhado o que precisávamos apresentar em relação a construção do plano. Em agosto fizemos um encontro e começamos a desenhar a redação dos compromissos, a visão estratégica e as ações. Em setembro fizemos o encontro aberto, onde convidamos todos os atores nacionais que estão atuando na OGP, e aos próprios membros da OGP. Em outubro lançamos a segunda consulta, que vamos apresentar hoje, tivemos trinta mil trezentos e noventa participantes, graças a um ecossistema de participação social que construímos com vários projetos, programas, entidades e conselhos. Com base na primeira consulta pública, começamos a desenhar os eixos e os compromissos. O compromisso um, termo de participação social, Promover a educação cidadã e aumentar a participação social, por meio de programas gamificados, utilizando auditorias cívicas. O compromisso dois, ouvidoria e controle social, Fortalecer o ecossistema de ouvidoria assegurando que as demandas dos cidadãos sejam tratadas com agilidade e resolutividade. Compromisso três, transparência e governo aberto, Consolidar o Estado de Goiás como referência em transparência pública, alinhado aos indicadores nacionais e internacionais, e cocriar o conceito de transparência proativa. Compromisso quatro, Fortalecer a governança aberta com tecnologias inovadoras, alinhando políticas públicas aos ODS e garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento científico da Política de Governo Aberto. A segunda consulta pública, valida esses compromissos e ações, o que é prioridade pro cidadão. A Sra. Elisa Cascão Ferreira, Gerente de Participação Social, traz o compromisso um, termo de participação social, Promover a educação cidadã e aumentar a participação social, por meio de programas gamificados, utilizando auditorias cívicas. Esses programas gamificados acontecem em etapas, onde os participantes têm que vencer uma etapa para passar para próxima, e as auditorias são feitas entendendo como são aplicadas as políticas públicas, como são aplicados os recursos públicos, o que tem que ser melhorado e o que deve ser mantido Dentro do serviço público. A primeira ação, Cocriar novas auditorias cívicas e aplicá-las nas áreas de transporte, infraestrutura, saúde, penitenciárias, entre outras. Atualmente temos uma parceria com a Seinfra, com a auditoria na área de infraestrutura, com a segurança pública, com auditoria dentro do sistema socioeducativo por meio do Estudante de Atitude, mas a intenção é que sejam criadas novas auditorias cívicas, para que o cidadão possa auditar como estão sendo feitas as políticas públicas. A segunda ação, Certificar cidadãos por meio do Programa Embaixadores da Cidadania, proporcionando



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

experiência teórica e prática e fomentando a cocriação de soluções comunitárias. O programa Embaixadores da Cidadania é um programa que existe e é desenvolvido pela gerência de Educação Cidadã da CGE, e essa ação tem o objetivo de fortalecer esse programa que leva o desenvolvimento e a cocriação de soluções comunitárias. A terceira ação, Consolidar o Programa Estudantes de Atitude, transformando estudantes em auditores cívicos e promovendo a cocriação de soluções para desafios escolares. O programa Estudante de Atitude acontece hoje dentro das escolas do serviço público do estado de Goiás, contando com a participação de mais de oitocentas escolas, a intenção é institucionalizar esse programa, para que ele tenha continuidade e crescimento, e assim atingir mais estudantes do serviço de educação do nosso estado. O Sr. Andrei Azevedo Lima, coordenador de projetos da Ouvidoria Geral do Estado, traz o Compromisso dois, Fortalecer o ecossistema de ouvidoria assegurando que as demandas dos cidadãos sejam tratadas com agilidade e resolutividade. Compreendendo que a ouvidoria é um dos pilares do governo aberto, onde recebemos as manifestações dos cidadãos, um dos elos entre a sociedade e o governo. A primeira ação, Implementar níveis de maturidade para avaliar as ouvidorias e criar o Prêmio de Ouvidoria. Desde o ano de 2022, já começamos a trabalhar a construção dessa maturidade, hoje na segunda edição da avaliação da maturidade das ouvidorias, buscando boas práticas que possam ser implementadas nas ouvidorias do estado, visando agilidade e resolutividade nas demandas dos cidadãos. A segunda ação, Criar Conselho de Usuários de Serviços Públicos virtual para avaliar e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos. Já começamos a discutir a formação do conselho de usuários, para ter mais um canal de comunicação entre o estado e a sociedade. A terceira ação, Criar IA para analisar demandas recebidas, identificar padrões e prever áreas problemáticas, permitindo uma resposta proativa ao usuário. Hoje usamos a IA, para encaminhar as manifestações para os órgãos para responder, e estamos buscando aperfeiçoar, para que a IA possa fazer análise das manifestações e responder, trazendo agilidade nas respostas. O Sr. Junior José Costa, Gerente de Transparência Institucional, traz o compromisso três, Consolidar o Estado de Goiás como referência em transparência pública, alinhado aos indicadores nacionais e internacionais, e cocriar o conceito de transparência proativa. A primeira ação, Criar plano e portal de dados abertos utilizando os principais rankings nacionais, onde já existe o portal de dados abertos, mas o plano de dados abertos precisa ser desenvolvido junto com os órgãos, fazendo um inventário do que pode ser mostrado. Dados abertos são dados acessíveis a qualquer cidadão, podendo utilizar da maneira que ele entender conveniente. Terceira ação, Aperfeiçoar o Prêmio Goiás+ Transparente para a administração direta e indireta. Estamos na sexta edição do Prêmio Goiás mais Transparente, pretendendo aperfeiçoar em relação ao engajamento das entidades da administração direta e indireta, e a criação de uma metodologia para acompanhar os Contratos de Gestão. O Prêmio Goiás mais Transparente foi fundamental para que pudéssemos alcançar esse resultado junto a ATRICON, pois, sem a adesão dos órgãos não teríamos conseguido. A terceira ação, Definir métricas para avaliar a qualidade e agilidade das respostas aos pedidos de acesso à informação (LAI/Passiva).

A ouvidoria recebe os pedidos de acesso a informação, e vamos monitorar a qualidade e a agilidade com que esses pedidos são respondidos. A quarta ação, Implementar política de transparência proativa, para levar ao cidadão informações relevantes de forma direta, sem necessidade de solicitação prévia ou verificação em portais. Esse é um projeto pensado pelo Controlador Henrique Ziller, de que a população receba a informação sem precisar fazer um pedido ou acessar nosso portal, que essas informações relevantes e interessantes pra esse



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

momento de vida dele chegue, sem que precise pedir. A quinta ação, Promover hackathons de dados abertos com premiações para fomentar a produção de conhecimento e a criação de soluções baseada em dados públicos, fundamentando políticas públicas. Hackathons é a fusão das palavras hacker com marathon, de origem inglesa, é uma reunião de pessoas que entendem de TI, desenvolvedores, programadores e designer, para criar soluções para um problema. A sexta ação, Adotar a Matriz Atricon como ferramenta de avaliação e monitoramento da transparência pública, permanecendo entre 95% e 100% dos quesitos. A ATRICON é uma metodologia completa, que está sendo utilizada frequentemente, ao contrário de outras que não tem continuidade. O Sr. Weyk Wagne Barbosa Gomes, superintendente da Controladoria Especializada em Participação Cidadã, traz o compromisso quatro, Fortalecer a governança aberta com tecnologias inovadoras, alinhando políticas públicas aos ODS e garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento científico da Política de Governo Aberto. Weyk traz alguns conceitos, inovação e sustentabilidade. Inovação é trazer novas ideias, novas metodologias em nossos processos. Inovação no setor público foca na transparência e na equidade e está dividida em quatro tipos: inovação incrementativa, a que trabalhamos no dia a dia e que reflete em nossos processos; inovação disruptiva, que é uma mudança radical, estrutural que em algum momento esse compromisso vai exigir; inovação adaptativa, que é a troca de experiências e boas práticas, que é o que estamos fazendo quando trabalhamos em rede; inovação que ocorre na nossa gerência, dentro dos nossos processos internos. A sustentabilidade é uma situação perene, mas a ODS define a sustentabilidade em três dimensões: ambiental, social e econômica, que é o que fazemos nas nossas políticas públicas. A sustentabilidade, nós temos que planejar e projetar políticas públicas resolvendo os problemas atuais e pensando nas gerações futuras. A governança aberta tem a ver com a transparência, participação e colaboração entre governo e sociedade. O ecossistema de governo aberto que trabalha os acordos, processos, tecnologias, sendo que os acordos envolvem governo, sociedade civil e iniciativa privada, os processos são os bancos de dados e plataformas digitais, e a tecnologia a plataforma digital. A primeira ação, Formar e engajar 2.000 servidores públicos em governo aberto. Já estamos fazendo e serve para fomentar a política e cultura de governo aberto. A segunda ação, Fomentar participação em congressos nacionais e internacionais, incentivando a produção e disseminação de conhecimento. Onde temos a participação da FAPEG com os artigos científicos, a elaboração de projetos que vão melhorar a vida dos cidadãos. A terceira ação, Assessorar municípios goianos participantes do Programa de Compliance Municipal no processo de adesão à OGP Local. O foco desta ação é dar suporte e consultoria e transferir tecnologia do que o estado vem fazendo para os duzentos e quarenta e seis municípios. A quarta ação, Estabelecer redes de parcerias com organizações não-governamentais e instituições acadêmicas com foco em produções científicas, é o que estamos fazendo reunindo academias, governos e sociedade civil, para que possamos alavancar e melhorar a produção das políticas públicas. A quinta ação, Criar plataforma gamificada que reúna todo o ecossistema de governo aberto do Estado, é o que temos de mais moderno, fomentando o ambiente corporativo entre governo e sociedade, com foco na participação, transparência e colaboração. Foram feitas duas dinâmicas para levantar sugestões e colaboradores para as dezessete ações dos quatro compromissos. O Secretário-Chefe da CGE, Sr. Henrique Moraes Ziller, Presidente do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, fala de sua trajetória profissional, como ativista, dedicando grande parte do tempo ao controle social, e grande parte desse tempo em parceria com o Diego. Fiz parte do primeiro conselho de Transparência do Distrito Federal,



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

com participação ativa, tínhamos uma ONG em Brasília, e sempre trabalhamos ativamente na promoção da transparência pública, participação social e a promoção do controle social. E um dos desafios que não conseguimos romper, foi ter uma efetiva participação da sociedade civil de maneira organizada. A frente do Instituto de Fiscalização e Controle, ao lado do Diego, fizemos muita coisa, mas quando nós nos sentávamos junto ao conselho de transparência não dava em nada. A nossa incapacidade de objetivar qualquer ação era uma coisa absurda. Por eu vir de um órgão de controle, Auditor do TCU, tentava fazer aquele grupo entender qual era a sua função. Nós somos sociedade civil organizada que pode fazer algo em relação a promoção, execução e consolidação de uma política de transparência, sem nunca conseguir. Tenho uma frustração de ver essas instancias de participação social, ter pouca efetividade. Estou compartilhando isso, porque espero que essa história seja diferente, que consigamos resultados realmente expressivos. Parabenizo o Diego, Junior e equipe pelo 100% de transparência na avaliação da ATRICON, que é um feito excepcional. A transparência pública, na minha maneira de ver, é uma declaração de boa vontade. Jogo para a sociedade todas as informações que estão disponíveis, mas ao mesmo tempo sei que ninguém consulta. Quando entramos numa experiência que tenta aprofundar o processo de transparência pública, fornecendo dados relevantes para a população, abrindo bases de dados que terão mais resultados do ponto de vista prático pra cada cidadão, e a adesão a OGP é um aprofundamento desse processo. Minha expectativa que essa instância seja efetiva nessa caminhada do estado de Goiás e o país como um todo, pois vários estados ficaram bem colocados no índice de transparência, com bons planos de cobertura de base de dados. Somos só mais um estado na OGP, mas é um caminho inicial, e um movimento mundial. Esperamos que vocês tenham consciência da importância disso, e consigam fazer um trabalho com resultados. Em seguida tivemos a foto oficial. Não havendo nada mais a ser tratado, às 11h25 (onze horas e vinte e cinco minutos), o Secretário Executivo declarou encerrada a reunião.

Nome	Assinatura
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Henrique Moraes Ziller	
Suplente: Francisco Taveira Neto	-
Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas	-
Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	
Secretaria de Estado da Casa Civil	
Titular: Renatto Neves Vieira	-
Suplente: Rodrigo Carvalho Curvo	
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Marco Antônio Fernandes Filho	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Suplente: Rafael Rodrigues Alves	
Procuradoria-Geral do Estado	
Titular: Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	
Suplente: Andréa Cristina Gomes dos Santos	
Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	-
Suplente: Roberta Rodrigues Costa	
Fórum Goiano de Combate à Corrupção	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Jales Rodrigues Naves	
Suplente: Valterli Leite Guedes	-
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo	
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Carlos Alberto Barros de Castro	
Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	
Suplente:	
Universidade Estadual de Goiás	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	
Suplente: Neusa Maria Ravaroto	
Ministério Público Estadual	
Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	
Suplente: Adriano Godoy Firmino	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	-
Suplente: Ricardo Sartori Cella	
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Edmilson Moura de Oliveira	
Suplente: Eduardo Aires Berbert Galvão	-
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	
Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	-
Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Carlos Alberto de Paula Moura Junior	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	-